



Principais problemas apontados são os incêndios, espécies invasoras e alterações climáticas. FOTOSMIGUEL ESPADA/ ASPRESS

Encarar as espécies invasoras como um “problema grave”

ANDREIA CORREIA
andriac@dnocias.pt

No dia em que se pretende sensibilizar a população para a importância da preservação das árvores, quer a nível ambiental quer ecológico, a Quercus, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e Rocha da Silva, ex-director regional das Florestas, apontam as espécies invasoras como sendo uma das maiores questões que o Governo Regional (GR) deve ter em atenção. “É muito importante um esforço neste sentido e nós achamos que o Governo Regional está a negligenciar este problema”, acusa Elsa Araújo, presidente do núcleo regional da Quercus.

“São plantas que facilmente ardem e fomentam o risco de incêndio. O GR não encara as plantas invasoras como um problema grave”, acrescentou Elsa Araújo. Da mesma opinião partilha Cátia Gouveia, coordenadora regional da SPEA, que aponta ainda os incêndios e as alterações climáticas como outras ameaças à preservação do património florestal.

Segundo ambas, as “invasoras

estão classificadas como uma das maiores ameaças a nível mundial” e é necessário um trabalho de continuidade por parte das entidades responsáveis. “Mais do que existirem acções pontuais de limpeza de invasoras é necessário que este trabalho, a nível de controlo, seja feito de forma contínua”, explicou a coordenadora regional da SPEA.

Tal como noticiado em Fevereiro pelo DIÁRIO, espécies como giestas, carqueja, eucaliptos e acácias estão a ganhar terreno nas zonas mais altas das serras, sendo assim necessário encarar este problema como “grave e sério”, defende Elsa Araújo.

Já Rocha da Silva explica que há diversos ‘handicaps’ para inverter esta situação, nomeadamente a falta de recursos humanos. “Eu julgo que se houvesse mão-de-obra disponível, provavelmente maximizando os fundos comunitários, até haveria forma de intervir, porque a Região possui técnicos para executarem projectos e projectarem intervenções”.

Para resolver esta questão, Cátia Gouveia esclarece que é necessário investir na reflorestação das



SPEA E QUERCUS DEFENDEM QUE O GOVERNO REGIONAL DEVE ESTAR ATENTO A ESTE PROBLEMA

espécies nativas. “Termos estes habitats com grande estado de conservação vai permitir que, no futuro, sejam mais resistentes a estas três ameaças [espécies invasoras, incêndios e alterações climáticas]”.

Uma outra questão apontada pelo antigo director das Florestas diz respeito ao sistema de herança porque é um processo que dá algum trabalho para “encontrar uma legitimação para lá entrar, para resolver problemas da recuperação dos espaços naturais, mas sobretudo em questões de segurança das populações”.

REFLORESTAÇÃO



■ Em jeito de avaliação ao trabalho desenvolvido pelo Governo Regional a nível de reflorestação e preservação do património florestal, as duas associações acreditam que devem existir acções de reflorestação mais frequentes, principalmente em zonas sensíveis, de forma a preservar o património vegetal e a biodiversidade.

Rocha da Silva afirma que “falar de reflorestação é falar de algum esforço financeiro”, explicando que a Região está, no fundo, “obrigada a aplicar as medidas dos quadros comunitários” e, neste sentido defende que estão a ser “cumpridos os objetivos”.

Ainda assim, é dito por Cátia Gouveia que o investimento “nunca é demasiado” e que perante cenários de alterações climáticas e eventos climáticos, os investimentos que protejam a natureza e a “resiliência dos habitats” são bem-vindos. “Há sempre espaço para melhorar, para trabalhar com várias entidades na recuperação dos habitats e na promoção de boas práticas ambientais para protegermos a nossa floresta”.

Projectos da Estrada das Ginjas e teleférico no Curral das Freiras

Falar de ambiente é também abordar projectos considerados polémicos e que dividem opiniões, como é o caso da Estrada das Ginjas e o teleférico no Curral das Freiras. Tanto a SPEA como a Quercus afirmam que estes obras vão contra as políticas “que se quer para as nossas florestas”.

No caso da Estrada das Ginjas, em São Vicente, Elsa Araújo esclarece que é contra o projecto afirmando que o que deveria “prevaler era eliminar as plantas invasoras que entretanto ocuparam aquela estrada de terra batida”, referindo que deveriam ser recolhidas plantas nativas daquele local, “levar para viveiros e depois trazer as plantas pequenas para voltar a plantar naquela zona, de modo a recuperar aquele ecossistema”.

Já Rocha da Silva, um dos autores principais do projecto e responsável pela conclusão do último troço de ligação entre a zona do Caramujo e Estanquinhos, defende que se trata de “um compromisso do Estado há mais de 50 anos” e que em sede de consulta pública “não houve nenhuma

contestação, e quem questiona a pertinência da estrada poderia o ter feito em sede da consulta pública e ter dado o seu contributo”.

Relativamente ao teleférico do Curral das Freiras a QUERCUS contestou a legitimidade da obra, pois considera que “não cumpre a lei”: “Há questões legais que não estão a ser cumpridas pelo GR. O Governo Regional está a passar por cima da lei e quer levar a toda a força aquele empreendimento, pondo em causa o património natural, a fauna e até a própria botânica. Não só achamos que aquilo é um investimento desnecessário, que descaracteriza a paisagem, que põe em causa a biodiversidade animal e vegetal e que deve ser abandonado, além das questões legais que estão em causa. É um investimento completamente desnecessário”, disse.

No caso da SPEA é apontada a ameaça à espécie Freira-da-Madeira, assim como o facto desta obra ir contra o turismo que devia ser potencializado na Região: “Um turismo que valoriza os percursos a pé e que valoriza a protecção da natureza”, conclui Cátia Gouveia.